

Lélia Gonzalez

# Por um feminismo afro-latino-americano

Ensaio, intervenções e diálogos

Organização:  
Flavia Rios e Márcia Lima

*5ª reimpressão*

Copyright © 2020, herdeiro de Lélia Gonzalez  
Copyright desta edição © 2020, Editora Schwarcz S.A.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa: Elisa von Randow

Ilustração de capa: Linoca Souza

Tradução: Barbara Cruz, Carlos Alberto Medeiros, Catalina G. Zambrano  
e Tunã Nascimento

Revisão: Carmen T. S. Costa e Clara Diamant

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gonzalez, Lélia

Por um feminismo afro-latino-americano : ensaios, in-  
tervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia  
Lima. — 1ª ed. — Rio de Janeiro : Zahar, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-85-378-1889-3

1. Antropologia – Discursos, ensaios e conferências 2.  
Ciências sociais – Brasil 3. Diversidade cultural 4. Feminis-  
mo – Brasil – História 5. Mulheres negras – Identidade racial  
6. Mulheres negras – Atividade política 7. Racismo – Brasil  
I. Rios, Flavia. II. Lima, Márcia. III. Título.

20-44338

CDD: 305.42

Índice para catálogo sistemático:

1. Feminismo : Sociologia 305.42

Aline Grazielle Benitez — Bibliotecária — CRB-1/3129

[2021]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Praça Floriano, 19, sala 3001 — Cinelândia

20031-050 — Rio de Janeiro — RJ

Telefone: (21) 3993-7510

www.companhiadasletras.com.br

www.zahar.com.br

facebook.com/editorazahar

instagram.com/editorazahar

twitter.com/editorazahar

## Sumário

Introdução 9

### PARTE I Ensaios

Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos  
da exploração da mulher 25

A juventude negra brasileira e a questão do desemprego 45

A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem  
político-econômica 49

O apoio brasileiro à causa da Namíbia:  
Dificuldades e possibilidades 65

Racismo e sexismo na cultura brasileira 75

Mulher negra 94

O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio  
na mobilização política negra 112

A categoria político-cultural de amefricanidade 127

Por um feminismo afro-latino-americano 139

Nanny: Pilar da amefricanidade 151

A mulher negra no Brasil 158

de cinquenta a cem dias por ano, sem as garantias das leis trabalhistas. Quanto a aqueles que tiveram a oportunidade de ir à escola e ultrapassar o segundo ano fundamental, sentem mais claramente o que significa ser negro no Brasil. Porque tomam consciência do mito da democracia racial, do logro que significa o artigo da Constituição que afirma que “todos os brasileiros são iguais perante a lei”. Porque sabem que, mesmo com igual e até melhor capacitação que os brancos, serão preteridos. Qual então a saída que se lhes apresenta? Se conscientes e assumidos, partem para a denúncia de tais arbitrariedades; se não, aceitam a situação tal como está e, aos poucos, para “subir na vida”, começam a pagar o seu preço, o do embranquecimento.

Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho, a situação da juventude negra é, obviamente, a do setor mais atingido pelo desemprego aberto ou disfarçado. Graças ao racismo e às suas práticas, essa juventude se encontra numa situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de lazer. Que se pense sobre a sua “evasão” das escolas de samba, a repressão policial e as provocações de que é objeto quando, aos milhares, se dirige para os clubes de black soul. Até mesmo os setores ditos “progressistas” os acusam de alienação em face do imperialismo americano; querem obrigá-la a dançar apenas o samba, a permanecer nas escolas de samba que esses mesmos setores foram os primeiros a invadir, abrindo caminho para a exploração oficial em termos de turismo. E note-se que os americanos (imperialistas) são a grande fonte de renda das instituições turísticas oficiais brasileiras. Já estamos falando aqui da exploração, comercialização, distorção e folclorização da cultura negra. Seus beneficiários certamente não são os jovens negros, mas a minoria branca dominante que, desse modo, de maneira paternalista, quer lhes fazer crer que estão no “melhor dos mundos possíveis”.

Nesse sentido, como organização de caráter político, foi que se deu a criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial em junho de 1978. Seu objetivo fundamental consiste na mobilização e organização do povo negro para lutar contra a superexploração econômica de que tem sido objeto, assim como contra a “mais-valia” cultural e ideológica dele extraída pelo grupo branco dominante.

## A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica\*

*Para Marli Pereira Soares\*\* e Walter Rodney*

### Introdução

Alguns aspectos de ordem histórica proporcionarão melhor inteligibilidade ao nosso trabalho e melhor entendimento da situação da mulher negra em particular, e do povo negro em geral, em termos da sociedade brasileira. Em outras palavras, embora esquematicamente, trataremos da escravidão no Brasil.

Oficialmente, o tráfico negreiro se iniciou em 1550, se bem que já existissem africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras. E já no final do século XVI os escravos constituíam a maioria da população da nova colônia portuguesa. O fenômeno não era novo, pois, de acordo com W. E. B. Du Bois, em Portugal

o declínio da população em geral e o suprimento de mão de obra em particular foram especialmente sentidos nas províncias do sul que foram largamente despo-

\* Este texto foi apresentado no Spring Symposium The Political Economy of the Black World, realizado entre 10 e 12 de maio de 1979 na Universidade da Califórnia (UCLA) e organizado pelo Center for Afro-American Studies. Ali tivemos a oportunidade de conhecer e receber o estímulo do grande líder negro Walter Rodney, posteriormente assassinado pela repressão de seu país, a Guiana. Daí a dedicatória. Quanto à Marli, todo mundo sabe. Por outro lado, introduzimos algumas modificações que se encontram sobretudo nas notas de rodapé com a data do ano corrente (1980).

\*\* Marli Pereira Soares, ou Marli Coragem, como viria a ser chamada, virou símbolo da luta contra a violência ao testemunhar a morte de seu irmão pela polícia militar, em abril de 1979, e não se calar. Era ditadura militar no Brasil, e ela, mulher negra e jovem, encarou toda a tropa perfurada do 20º Batalhão de Polícia na cidade de Belford Roxo para fazer o reconhecimento dos assassinos de seu irmão. Sofreu represálias, teve que se esconder, e encontrou apoio na ampla cobertura que a imprensa deu ao caso. Em 1980, conseguiu que os assassinos fossem presos. Anos depois, seu filho também foi assassinado pela polícia. (N. O.)

voadas. Isso resultou no estabelecimento de um novo sistema industrial. As áreas rurais foram convertidas em extensas propriedades sustentadas por grandes contingentes de escravos negros recentemente trazidos da África. A população do Algarve logo se tornou quase completamente negra; e já na metade do século XVI os negros superavam numericamente os brancos na própria Lisboa. Como os casamentos inter-raciais ocorreram desde o início, dentro de poucos anos o sangue etíope difundiu-se pela nação, mas ficou notavelmente pronunciado no sul e entre as classes baixas.<sup>1</sup>

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E esse fato daria origem, na década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo.\* O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação. Voltaremos a esse assunto.

A história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, fala do brasileiro como um ser “cordial” e afirma que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões ou conflitos que nela tenham surgido.\*\* Por aí se pode imaginar o tipo de estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (afinal, como disse Aristóteles, existem pessoas que nasceram para dirigir e outras para serem dirigidas). Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação subumana em que foi lançado. De acordo com as informações que obtivemos da historiadora negra Maria Beatriz Nasci-

\* Segundo Freyre, os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. Todavia, o que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violentação da mulher negra.

\*\* Que se atente para o fato de como esse discurso se articula com o mito da democracia racial, complementando-o.

mento,\* já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do Nordeste.\*\* E os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto. Sua distribuição geográfica se articulou com a migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema. Os chamados “ciclos da economia brasileira” do período escravista (açúcar, mineração e café, além de outros mais secundários como algodão, fumo etc.) obrigavam a população escrava a tais deslocamentos, e esta, por sua vez, resistia com a formação dos quilombos.

Também não é ressaltado pela história oficial o fato de que o primeiro Estado livre de todo o continente americano existiu no Brasil colonial, como denúncia viva do sistema implantado pelos europeus no continente. Estamos falando da República Negra de Palmares que, durante um século (1595-1695), floresceu na antiga Capitania de Pernambuco. O que essa história não enfatiza é que o maior esforço bélico despendido pelas autoridades coloniais foi contra Palmares e não contra o invasor holandês (1630-54), como se costuma divulgar.<sup>2</sup> O que ela não enfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma *efetiva* harmonia racial, já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para *todos*, sem exceção. Na verdade, Palmares foi berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo se pode dizer com relação aos quilombos, onde a língua oficial era o “pretuguês”, e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum.

A resistência negra também se deu em termos de movimentos urbanos armados como aqueles que, iniciando-se em 1807 na cidade de Salvador,

\* O objeto principal de suas pesquisas vem sendo a história da formação dos quilombos no decorrer do período escravista, assim como o seu papel enquanto modelos de sociedade alternativa criados pelos negros.

\*\* O termo “quilombo” provém do quimbundo, língua banto falada em Angola. A tradução exata seria “capital, povoação, união”. Mas a “tradução” brasileira oficial é: “valhacouto de escravos fugidos”. Interessante observar que, no castelhano falado na Argentina, o mesmo termo significa “bagunça, confusão, *bordel*” (grifo nosso). (1980)

culminariam com a famosa Revolta dos Malês (muçulmanos) em 1835. Sua importância maior reside no fato de que, diferentemente dos demais, seu objetivo primordial era a efetiva tomada do poder. Nela se destacaria a figura de uma mulher extraordinária, Luísa Mahin, que não só participou da organização como também da luta armada contra a minoria branca dominante. Como de hábito, também ela manteve uma espécie de concubinato com um branco que acabou por abandoná-la. O fruto dessa relação viria a ser uma das maiores figuras negras do movimento abolicionista em meados do século XIX: Luiz Gama.

Desnecessário dizer que o negro não deixou de também participar nos movimentos de libertação nacional, ocorridos tanto no período colonial quanto no império. Referimo-nos à chamada Revolta dos Alfiates, à Confederação do Equador, à Sabinada, à Balaiada, à Revolução Praieira etc. Mas o fato é que, apesar de sua importante contribuição, o negro jamais recebeu os benefícios obtidos pelos demais setores (“brancos”) da sociedade brasileira.

Cabe colocar uma questão: quais as categorias ou tipos de escravos existentes no Brasil de então? De acordo com Freitas,<sup>3</sup> duas eram as categorias de escravos: os produtivos e os não produtivos, isto é, os que trabalhavam diretamente para a sustentação econômica do regime (escravos do eito) e aqueles que eram dirigidos para a prestação de serviços (feitores, criados, negros de ganho etc.). Importante ressaltar que, para Freitas, de um modo geral a resistência, os movimentos de revolta armada partiram da iniciativa dos primeiros. Quanto aos não produtivos, muitos deles teriam acabado por internalizar a ideologia ou os valores do senhor branco. De um modo geral, também as denúncias das revoltas tramadas partiram dessa “aristocracia escrava”.\*

E a mulher negra, qual a sua situação enquanto escrava? Em termos populacionais, sabe-se que o elemento masculino, sobretudo na região das Minas, foi predominante entre a escravaria. Entretanto, o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher. Vamos encontrá-la também nas duas categorias de Freitas: a trabalhadora do eito e a mucama. E o que percebemos é que, em ambas as situações, coube-lhe a tarefa de doação de força moral para seu ho-

\* Cabe perguntar: por mais que a internalização dos valores do opressor tenha ocorrido, será que essa “aristocracia” reagiu *sempre* do mesmo modo? O que gostaríamos de assinalar aqui é o fato de essa “aristocracia” ter desempenhado um papel muito importante na manutenção da rede de espionagem de Zumbi. (1980)

mem, seus filhos ou seus irmãos de cativo. É certo que existiram exceções, que apenas confirmam a regra. E temos um exemplo nesse sentido: quem precipitou a eclosão da Revolta dos Malês, obrigando seus participantes a se lançarem na luta antes da data marcada, foi uma mulher. Pelo fato de ter internalizado os valores do senhor, essa mulher denunciou a existência das reuniões secretas onde se planejava a revolução. Isso porque acreditava que seu homem, um liberto, não precisava lutar por uma liberdade que já possuía. Mas, como dissemos acima, nessa mesma revolução houve a figura heroica de Luísa Mahin, que, após saberem de sua participação, foi expulsa do Brasil e obrigada a regressar à África originária, deixando em nosso país o filho que continuaria sua luta, a da libertação do povo negro.

Enquanto escrava do eito, ninguém melhor do que a mulher para estimular seus companheiros para a fuga ou a revolta — trabalhando de sol a sol, subalimentada e, muitas vezes, cometendo o suicídio para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela. Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos. Depois disso, os senhores dele se livravam mediante a concessão da alforria, que significava um tipo especial de “liberdade”: a de morrer de fome, em função da invalidez precocemente adquirida (sendo este o sentido da “Lei” dos Sexagenários).

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora.\* Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço.

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica

\* Excelentes exemplos das torturas infligidas às escravas e aos seus filhos pelas sinhás ciumentas encontram-se no belo romance de Josué Montello *Os tambores de São Luís* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1975).

de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo,\* a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (Zumbi, por exemplo). Vale notar que tanto a mãe preta quanto o pai-joão têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo. Entretanto, não aceitamos tais estereótipos como reflexos “fiéis” de uma realidade vivida com tanta dor e humilhação. Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas é a chamada “resistência passiva”. A nosso ver, a mãe preta e o pai-joão, com suas histórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, do nosso *Volksgeist*.\*\* Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube à mãe preta, enquanto sujeito suposto saber,\*\*\* a africanização do português *falado* no Brasil (o “pretuguês”, como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira.

\* Espécie de lobisomem com um buraco nas costas e que come crianças malcriadas ou desobedientes. Originário do folclore africano.

\*\* Que se atente, por exemplo, para as figuras dos pretos velhos na umbanda. Representam exatamente toda uma sabedoria marcada pela astúcia, adquirida no decorrer de suas longas vidas, e que se constitui como uma resposta às diferentes formas de manifestação do racismo em nosso país. Um ponto como o que se segue, dedicado a Vovó Cambinda da Guiné, diz muito mais do que canta: “Ô Cambinda de Guiné/ Teu pai é Ganga/ Ô Cambinda de Guiné/ Teu pai é Ganga”. Vale ressaltar que a umbanda, através de suas cantigas ou pontos, fala da memória histórica efetiva de um povo oprimido que não se vê representado na “história” oficial que, na verdade, enquanto discurso da ideologia dominante, nada mais é do que o que chamamos de *consciência* (lugar do esquecimento, da sujeição, da lógica da dominação). Que se atente, por exemplo, para o ponto que assim diz: “Ogum já jurou bandeira/ Nos campos de Humaitá/ Ogum já venceu demanda/ Vamos todos saravá”. Na verdade, esse ponto canta a presença anônima do negro na Guerra do Paraguai. (1980)

\*\*\* Categoria do pensamento lacaniano. Consiste nas figuras com as quais nos identificamos imaginariamente e que, conseqüentemente, idealizamos, assumindo seus valores como nossos. No caso da criança, a mãe é vista como sujeito suposto saber, uma vez que lhe atribui um saber quase que onisciente. Ora, na medida em que a mãe preta exerceu a função materna no lugar da sinhá (que na verdade só fazia parir os filhos), inclusive amamentando os filhos da mesma, compreende-se o que queremos dizer (Lacan, 1966). (1980)

E, se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por essa razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isso apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira.

Pelo que até agora foi exposto, já se pode perceber a profunda importância do papel da mulher negra em nossa sociedade e como o estudo desse tema assume um valor de tal ordem que acaba por revelar certos aspectos de nossa realidade cultural de que muitos pesquisadores nem sequer desconfiam.

### O lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam.

Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas *necessariamente falseada*, porque é necessariamente orientada e tendenciosa — e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o *conhecimento objetivo* do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, oferecer-lhes uma representação mistificada desse sistema social para mantê-los em seu “lugar” no sistema de exploração de classe.<sup>4</sup>

Também nos parece importante reproduzir aqui a proposição de Hasenbalg,<sup>5</sup> apoiada na distinção estabelecida por Poulantzas entre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais:<sup>6</sup> de um lado, o aspecto principal — o da reprodução dos lugares das classes — e, de outro, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares:

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as mi-

norias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas — ou outras relações de produção, no caso — são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos.

Em termos de formação econômica, coexistem no Brasil três processos qualitativamente distintos de acumulação: capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. Cabe ao capital monopolista a hegemonia sobre os demais, dadas as articulações entre os três setores (formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra; e capitalismo competitivo e capitalismo monopolista com seus respectivos mercados de trabalho). Vale notar, entretanto, que tais setores funcionam com uma autonomia relativa, apesar de, para o sistema como um todo, qualquer problema surgido num deles afetar e ameaçar a totalidade do mesmo sistema. Tal tipo de coexistência, por um lado, demonstra que esse desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. E, em termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma *massa marginal crescente*, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico.<sup>7</sup> Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de triplíce discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho.

O Censo de 1950 foi o último a nos fornecer dados objetivos, indicadores básicos relativos à educação e aos setores de atividade econômica da mulher negra. O que então se constatava era o seguinte: nível de educação muito baixo (a escolaridade atingindo, no máximo, o segundo ano primário ou o primeiro grau),\* sendo o analfabetismo o fator dominante. Quanto às atividades econômicas, apenas 10% trabalhavam na agricultura e/ou na indústria

\* Terceiro ano do ensino fundamental I, ou o ensino fundamental completo. (N. O.)

(sobretudo têxtil, e em termos de Sudeste-Sul); os 90% restantes concentrados na área de prestação de serviços pessoais.

Quanto aos censos seguintes, apenas o de 1960 conservou o quesito *cor*, no sentido de avaliar sua distribuição nos estados brasileiros. O de 1970 simplesmente o excluiu (e o de 1980 o reincluirá apenas como amostra). As razões apresentadas como justificativa de tal exclusão denominam-se “dificuldades técnicas”. Por aí, pode-se constatar como se delineia a intenção de escamotear as informações a respeito da chamada população “de cor” de nosso país, assim como a miséria e o desamparo em que a mesma se encontra. E isso ocultado pelo interesse de aparentar a existência de uma grande harmonia (e igualdade) racial no Brasil.<sup>8</sup>

No período que se estende de 1950 aos dias atuais ocorreram o desenvolvimento e a modernização que ampliaram diferentes setores industriais, ao lado de uma crescente urbanização. Em face dessa ampliação, a indústria têxtil entrou num processo de decadência que resultou inclusive no fechamento de muitas fábricas.\* Com isso, a mulher negra perdeu muito enquanto operária, apesar de tentar penetrar em outros setores como a indústria de alimentos ou de roupas, onde viria a ser a grande minoria (aqui também o processo de seleção racial favorece muito mais a operária branca ou “morena” do que a negra).

De qualquer modo, novas perspectivas foram abertas nos setores burocráticos de nível mais baixo, que se feminizaram (prestação de serviços em escritórios, bancos etc.). Mas como tais atividades exigem um nível de escolaridade que a grande maioria das mulheres negras não possui, muito mais motivos foram criados no sentido de reforçar a discriminação: o contato com o público exige “educação” e “boa aparência”. Quanto à minoria de mulheres negras que, nos dias de hoje, atingiram níveis mais altos de escolaridade, o que se observa é que, apesar de sua capacitação, a seleção racial se mantém. Não são poucos os casos de rejeição, principalmente em multinacionais (que possuem como código de discriminação a sigla CR, “colored”, colocada nos testes de admissão de candidatas negras para cargos mais elevados como o de secretária bilíngue ou trilingue, por exemplo). Quando nos anúncios de

\* Eis aqui um dado concreto de como a abertura do mercado brasileiro ao capitalismo monopolista (com a chegada das multinacionais) resultou na satelitização das pequenas e médias empresas do capitalismo competitivo e comercial.

jornais, na seção de oferta de empregos, surgem expressões tais que “boa aparência”, “ótima aparência” etc., já se sabe seu significado: que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas.

As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. É certo que, de 1950 para cá, ocorreu o crescimento das classes médias no Brasil. Todavia, em termos relativos, isso significou a deterioração das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para a população negra. Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente: desemprego aberto ou não, ocupação “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc.<sup>9</sup>

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um

comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar”.\*

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações a que tal significante nos remete).

De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata. A profissão de “mulata” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de “mercado de trabalho”. Atualmente, o significante mulata não nos remete apenas ao significado tradicionalmente aceito (filha de mestiça de preto/a com branca/o), mas a um outro, mais moderno: “produto de exportação”. A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”.\*\* Em outros termos, são sutilmente cooptadas pelo sistema sem se aperceberem do alto preço a pagar: o da própria dignidade. A origem de tal “profissão” se encontra no processo de comercialização e distorção (para fins não apenas ideológicos) de uma das mais belas expressões populares da cultura negra brasileira: as escolas de samba. Sua invasão, de início por representantes

\* A maioria das crianças que são remetidas aos postos de tratamento psiquiátrico ou para entrevistas psicológicas (em escolas de primeiro grau) são negras. Nesse sentido, a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1976), não deixa de reproduzir os mecanismos do racismo e sua perpetuação mediante o reforço de sua internalização (como natural) por nossas crianças. Se a criança negra reage simbolicamente a essa violência simbólica, é considerada “desajustada” ou “mentalmente doente”. Aliás, além das prisões, que se atente para a população dos nossos hospitais, do ponto de vista racial. (1980)

\*\* É interessante observar que, no que se refere à identificação com a ideologia do dominador, constatamos que o homem negro que consegue ascender socialmente em geral se casa com uma mulher branca. Já o inverso, isto é, o casamento branco/negra é proporcionalmente mais raro (Oliveira, Porcaro e Araújo Costa, 1980).



dos setores ditos progressistas e, em seguida, pelas classes média e alta que introduziram uma série de valores diretamente oriundos do sistema hegemônico, culminou com esse tipo de manipulação/exploração sexual, social e econômica de muitas jovens negras de origem humilde.

Como a mobilidade social ascendente do negro brasileiro se caracteriza por ocorrer em termos individuais, que se pense no tipo de lavagem cerebral a que ele é submetido. Ora, no caso dessas jovens o que acontece é que visualizam esse tipo de trabalho como um meio de ascensão, como uma saída promissora do estado de pobreza em que se encontram. E lá se vão, contratadas para se apresentarem em espetáculos dançantes nas boates, nos restaurantes finos, nos hotéis elegantes etc. Uma ou outra consegue se casar com algum turista europeu ou se transforma em manequim de certo renome. Mas a maioria acaba por se entregar à prostituição aberta, à bebida e outras drogas e termina como “estrela” dos “infernhos” que pululam nas grandes cidades. Pelo exposto, pode-se ter uma ideia mais concreta da mobilidade social ascendente a que nos referimos antes.

A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros, geralmente liderados por mulheres da classe média branca. Por exemplo, ainda existem “senhoras” que procuram contratar jovens negras belas para trabalharem em suas casas como domésticas; mas o objetivo principal é que seus jovens filhos possam “se iniciar” sexualmente com elas. (Desnecessário dizer que o salário de uma doméstica é extremamente baixo.) Com isso temos um exemplo a mais da superexploração econômico-sexual de que falamos acima, além da reprodução/perpetuação de um dos mitos divulgados a partir de Freyre: o da sensualidade especial da mulher negra.

Para finalizar, gostaríamos de chamar atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país.\* A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações

\* Entre os melhores trabalhos que conhecemos nesse aspecto, isto é, realizados por mulheres brancas, vale ressaltar os de Hahner (1978), Saffioti (1976), Silverstein (1978) e Moreira Alves (1980). Vale notar que, nos últimos dois anos, o movimento feminista brasileiro tem procurado apontar para a questão da mulher negra e que, nos dias de hoje (década de 1980), já existe a preocupação de um trabalho conjunto com o movimento negro. O texto de Branca Moreira Alves, por exemplo, desenvolve muito bem a questão da articulação entre classe, raça e sexo em nível teórico. Por outro lado, o trabalho que vem sendo feito com prostitutas em São Paulo

de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. A nosso ver, as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial.<sup>10</sup> Em recente encontro feminista realizado no Rio de Janeiro,\* nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado etc. etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas), e do outro a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Após o encontro, suas organizadoras remeteram para um jornal de esquerda editado em São Paulo um resumo do que se discutira no decorrer

pela Frente Feminista de Mulheres e a preocupação de uma revisão crítica da Lei Afonso Arinos por um grupo feminista de advogadas demonstram o avanço do movimento feminista, ao colocar a questão do racismo como forma de opressão da mulher. A recente criação da Associação de Pesquisa de Estudos da Mulher (Apem) no Rio de Janeiro, reunindo diferentes grupos e entidades feministas e femininas, também se constitui numa prova importante dos avanços realizados pelo movimento. (1980)

\* O Encontro Nacional da Mulher, no Rio de Janeiro, em março de 1979. Já no ano seguinte, no Primeiro Congresso da Mulher Fluminense, realizado em 14 e 15 de junho, todas as propostas que nós, mulheres negras, apresentamos foram aprovadas por unanimidade pela plenária e constam das resoluções finais do congresso. Por aí se vê como, com um ano de diferença, houve profundas mudanças nas perspectivas feministas ou femininas com relação à questão racial. Importante ressaltar, é claro, que as mulheres negras também buscaram se organizar e se fazerem representar de maneira mais decisiva com seus dois grupos existentes no Rio de Janeiro: o Luísa Mahin e o Aqualtune. (1980)

daquela semana. Aconteceu que todo um parágrafo que relatava nossa atuação foi devidamente censurado pelos “progressistas” editores daquele jornal. Como opositores do regime militar, entretanto, também eles (como aquele artigo da Lei de Segurança Nacional)\* acham que o Brasil é uma democracia racial e que é proibido discutir questões sobre racismo. Nesse aspecto, pouca ou nenhuma diferença existe entre os jornais progressistas (a única exceção é aquele denominado *Versus*, onde existe uma seção intitulada Afro-Latino-América dirigida por elementos pertencentes ao Movimento Negro Unificado) e os conservadores. Quanto a estes últimos, podemos apontar um fato recentemente acontecido: no dia de nossa chegada aos Estados Unidos (em abril de 1979), participamos, juntamente com Abdias do Nascimento, de um seminário sobre o Brasil em Nova York. A correspondente internacional do *Jornal do Brasil* enviou um telex para a redação brasileira, relatando principalmente a atuação dos dois negros presentes, além da de outros brasileiros. Do mesmo modo que o progressista, o conservador também excluiu/censurou os parágrafos que nos diziam respeito. Mas se o tema são as “mulatas que não estão no mapa”, toda a imprensa faz questão de publicar.

Pelo exposto, talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa.

### Algumas reflexões, a título de conclusão

Na introdução deste trabalho, referimo-nos aos diferentes modos de resistência/confrontação utilizados pelo negro no período escravista, assim como

\* O artigo da Lei de Segurança Nacional a que Lélia Gonzalez se refere é o decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que arrolava como crime no artigo 39 incitar: “I. A guerra ou à subversão da ordem político-social; II. A desobediência coletiva às leis; III. A animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; IV. A luta pela violência entre as classes sociais; V. A paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais; VI. *Ao ódio ou à discriminação racial*. Pena: reclusão de dois a dez anos” (grifo nosso). (N. O.)

às formas de resistência passiva (mas ativas quanto à sua eficácia simbólica) representadas pela atuação da mãe preta.

Vale apontar agora um outro tipo de resistência, surgida ainda naquela época (final do século XVIII, início do século XIX) e que perdura até os dias de hoje. Referimo-nos ao candomblé, religião afro-brasileira de origem iorubana e praticamente berço das demais religiões negras do Brasil. Seu grande centro de dispersão, como sabemos, é o estado da Bahia, principalmente sua capital, a cidade de Salvador. Objeto da perseguição dos senhores católicos (leigos ou do clero) e da polícia até há poucos anos, atualmente virou moda e, como as escolas de samba e a umbanda do Rio de Janeiro, sofre os efeitos das investidas do capitalismo monopolista.<sup>11</sup> Sem entrarmos nos detalhes de sua estrutura, cabe salientar que é liderado principalmente por mulheres: as ialorixás ou mães de santo.\* São mulheres negras e pobres que não desempenham um papel apenas religioso/cultural.

Nessas comunidades as mulheres negras e pobres assumem e mantêm posições de poder e dominação sobre, entre outras pessoas, homens brancos de classe média e, menos frequentemente, alta. [...] O papel da mãe de santo dá a ela, como mulher negra e pobre (e também em vários graus aos grupos em volta dela), talvez a única “entrada” na sociedade dominante. Através das funções que exerce como mãe de santo, ela estabelece um mecanismo de acesso aos recursos materiais e humanos apropriados por outras classes [...], que redistribui em maior ou menor medida ao seu grupo. Então, através da religião, ela e seu grupo doméstico conseguem recursos e conexões maiores em termos de rede de influência, prestígio e clientelismo para melhor sobreviver.<sup>12</sup>

Lembramo-nos aqui das extraordinárias figuras de Mãe Aninha e Mãe Senhora, num passado recente, assim como, nos dias de hoje, da capacidade de liderança de Mãe Estela e da fama de Mãe Menininha. E note-se que, em termos de racismo, a sociedade baiana “branca” é uma das mais reacionárias.

\* É bastante recente o surgimento da figura do babalorixá, ou pai de santo, na estrutura do candomblé. Os primeiros mais importantes começaram a atuar a partir da década de 1930. (1980)

Por outro lado, há que ressaltar o trabalho de conscientização de suas irmãs menos favorecidas, efetuado pelas mulheres que atuam no conselho diretivo do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, no Rio de Janeiro; objetivando exatamente o oposto do que acontece com as outras escolas, procuram desmistificar a figura e a “profissão” de mulata, assim como o processo de exploração comercial e de folclorização sofrido pelas escolas de samba tradicionais.

Em termos de Movimento Negro Unificado, a presença da mulher negra tem sido de fundamental importância, uma vez que, compreendendo que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa num tipo de feminismo que a afastaria de seus irmãos e companheiros.\* Na verdade, o trabalho que vem desenvolvendo, seja nas discussões prático-teóricas, seja nas favelas, periferias ou prisões, com crianças, adolescentes ou adultos, dá a medida de sua crescente conscientização política.\*\*

Mas sobretudo a *mulher negra anônima* sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mais ainda porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel, apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

\* Pesquisas recentemente realizadas demonstram que a divisão racial do trabalho opera de maneira muito mais contundente, em termos de prejuízos para a população negra, do que a divisão sexual do trabalho contra o setor feminino da população brasileira. Queremos dizer que mais uma vez se confirma a terrível situação da mulher negra, uma vez que em termos de distribuição de renda a distância que marca as diferenças entre brancas e negras é muito maior do que aquela que separa homens e mulheres (Oliveira, Porcaro e Araújo Costa, 1980).

\*\* De um lado, o avanço na conquista de um espaço para a denúncia do racismo e suas práticas, efetuado pelo Movimento Negro Unificado, obrigou os demais grupos e entidades negras a uma reavaliação de seu papel dentro do movimento negro em geral (cuja ação se tornou muito mais eficiente a partir do ano passado para cá, sobretudo em termos de Rio de Janeiro). Por outro lado, os avanços do feminismo brasileiro também contribuíram para a constituição de grupos de mulheres negras não somente dentro do MNU (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador etc.) como dentro do movimento negro em geral. (1980)

## O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades

NESTA COMUNICAÇÃO, pretendo falar principalmente sobre aspectos ideológicos que constituem o plano de fundo das relações Brasil-África, em especial no que tange à África Austral. Esses aspectos se referem diretamente à situação da comunidade afro-brasileira e ao neocolonialismo racista da classe governante em meu país, disfarçado de “democracia racial”. A partir daí defendo a seguinte posição: apenas reforçando os movimentos negros na diáspora é que os movimentos de libertação da África Austral — particularmente a Swapo — poderão contar com o apoio mais efetivo de países como o Brasil. Ou, num contexto mais amplo, o fortalecimento da África é estritamente relacionado ao fortalecimento da diáspora negra.

### Brasil: contradições internas e ambivalências externas

O Brasil é o segundo maior país do mundo em termos de população negra, superado apenas pela Nigéria. Segundo os dados do Censo de 1980, os negros (oficialmente chamados de pretos e pardos) constituem 44% de uma população de 120 milhões. Entretanto, para nós que trabalhamos com o movimento negro, assim como para todos os nossos aliados, a população afro-brasileira atinge percentagens muito mais elevadas do que as reveladas pelos dados conservadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Somos, na verdade, a maioria da população. Surge, então, uma questão: por que os dados oficiais mostram apenas 44%? A resposta está no que apresento a seguir.

Duas concepções ideológicas definem, de maneira dúbia e distorcida, a identidade dos negros na sociedade brasileira: por um lado, a noção de democracia racial, e, por outro, a ideologia do branqueamento. A primeira, de-

Negra Ilê, por exemplo, não tem nada a ver com uma estética europeia tão difundida e exaltada pelos meios de comunicação de massa (sobretudo por revistas tipo “pleibói” ou de “moda”, assim como pela televisão). Na verdade, ignoram-se tranquilamente essas alienações colonizadas, complexadas, não só das classes “brancas” dominantes como também dos “jabuticabas” e/ou dos “negros recentes” (né, João Jorge?). O que conta para ser uma Negra Ilê é a dignidade, a elegância, a articulação harmoniosa do trançado do cabelo com o traje, o dengo, a leveza, o jeito de olhar ou de sorrir, a graça do gesto na quebrada de ombro sensual, o modo doce e altaneiro de ser etc. E se a gente atentar bem para o sentido de tudo isso, a gente saca uma coisa: a Noite da Beleza Negra é um ato de descolonização cultural.

Por isso mesmo, fiquei muito sensibilizada quando minhas irmãs do Ilê Aiyê me convidaram para presidir a escolha da Negra Ilê de 1982, ocorrida no dia 6 de fevereiro. Infelizmente, as exigências da nossa luta fizeram com que eu permanecesse no Rio de Janeiro e não participasse, também, da escolha da beleza negra do Malê Debalê, no dia 14. De qualquer modo, ficam aqui o nosso testemunho e a nossa solidariedade para com esse importantíssimo trabalho. E, para as escolhidas de 1982, a nossa saudação, na saudação de Oxum: ORA-YÊ-YÊ-Ô!

## E a trabalhadora negra, cumé que fica?

OS MESES DE MAIO E JUNHO nos trazem datas da maior importância. Elas dizem respeito às duas comunidades a que pertencemos: a comunidade negra e a comunidade trabalhadora. Com relação à primeira, temos duas datas nacionais: 13 de maio, comemorativa da chamada abolição da escravidão, e 18 de junho, data da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, em 1978, noventa anos depois da dita abolição. Com relação à segunda, temos a data máxima dos trabalhadores de todo o mundo no dia 1º de maio. Essas três datas têm muito a ver umas com as outras, quando pensamos na nossa condição de mulheres/trabalhadoras negras.

Já no 3 do *Mulherio* apresentamos uma série de dados relativos ao lugar da mulher negra na força de trabalho. Ali, a gente constata que, em virtude dos mecanismos da discriminação racial, a trabalhadora negra trabalha mais e ganha menos que a trabalhadora branca, que, por sua vez, também é discriminada enquanto mulher. Vimos que 87% das trabalhadoras negras exercem ocupações manuais, justamente nos setores ou subsetores de menor prestígio e pior remuneração; e que 60% dessas trabalhadoras não têm carteira assinada. Por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual).

### Incapazes para o trabalho livre

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da

“joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem.

Assim, o 1º de maio tem a ver com o 13 de maio. Enquanto trabalhadora superexplorada de hoje, a mulher negra se sente com todo o direito de perguntar: “Afinal, que abolição foi essa que, 94 anos depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação?”. Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra. Com ele se iniciava o processo da marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros. Até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre. Pois é...

Há poucos dias, uma amiga me contou que tinha telefonado para uma agência de empregadas domésticas a fim de conseguir uma babá que cuidasse de seu bebê durante a noite. Responderam que poderiam mandar uma pessoa com todas as qualificações para o trabalho, mas havia um problema: ela era negra. Espantada, essa amiga respondeu que isso não era problema para ela. Foi então que aquela voz gentil do outro lado da linha retrucou: “A senhora sabe, não é? Não é que a gente tenha alguma coisa contra. Mas acontece que nossas clientes não contratam babás negras. Elas preferem as portuguesas”.

Esse fato serve de ilustração para o que dissemos acima e para algo mais: toda atividade que signifique lidar com o público “seleto” exclui a trabalhadora negra, a começar pelas atividades de babá e copeira, na área do serviço doméstico. No entanto, se o negócio é ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há problema se a empregada for negra.

### Têm que ficar “no seu lugar”

Aquele papo do “exige-se boa aparência”, dos anúncios de empregos, a gente pode traduzir por: “negra não serve”. Secretária, recepcionista de grandes empresas, balconista de butique elegante, comissária de bordo etc. e tal são profissões que exigem contato com o tal do público “exigente” (leia-se: racista). Afinal de contas, para a cabeça desse “público”, a trabalhadora negra tem que ficar “no seu lugar”: ocultada, invisível, “na cozinha”. Como considera que a negra é incapaz, inferior, não pode aceitar que ela exerça profissões “mais ele-

vadas”, “mais dignas” (ou seja: profissões para as quais só as mulheres brancas são capazes). E estamos falando de profissões consideradas “femininas” por esse mesmo “público” (o que também revela seu machismo).

Numa profissão como a de atriz, por exemplo, pode-se perceber muito bem como funciona o racismo “à la brasileira”. Por que será que no teatro, no cinema ou na televisão as atrizes negras só vivem personagens secundárias e subalternas (sobretudo como empregadas domésticas) ou, quando muito, personagens que fazem o gênero “erótico-exótico”? É porque são profissionais incompetentes ou porque só têm oportunidade de desempenhar papéis que reforçam a imagem de inferiorização da negra? A gente sabe, por exemplo, o que aconteceu com Vera Manhães por ocasião da montagem de *Gabriela, cravo e canela* na tv: preferiram dar o papel-título para a “morena” Sônia Braga (cuja capacidade profissional não está sendo questionada aqui, de modo algum). Claro que Sônia não teve qualquer responsabilidade quanto ao fato de ter sido ela a escolhida. Mas (e estou falando do romance) a Gabriela original não tem nada de “morena”, e sim de negra. Pois é, questão de “boa aparência”.

Voltando às datas citadas, o 18 de junho tem a ver com as outras duas exatamente porque foi justo o Movimento Negro Unificado que propôs, entre muitas outras coisas, que passássemos a considerar o 13 de maio como o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Entre outras razões porque, ao comemorarmos o 1º de maio, a gente não pode deixar de pensar na situação de desigualdade e inferiorização em que o racismo mantém o trabalhador negro e, sobretudo, a trabalhadora negra desde maio de 1888.